



XVI Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.  
*Os desafios da Extensão Brasileira frente à curricularização e às mudanças paradigmáticas.*  
De 06 a 08 de março de 2023. Cajazeiras, PB – Brasil.

## **Práticas de cuidado para a garantia de direitos de crianças e adolescentes institucionalizados em Campina Grande-PB**

Ana Beatriz Linhares Rodrigues<sup>1</sup>, Vitória da Cruz Cardoso<sup>2</sup>, Amanda Modesto Souza<sup>3</sup>, Caio Sailon Vieira Bento<sup>4</sup>, Gabriel Farias Diniz<sup>5</sup>, Marcela Eduarda Paulino da Silva<sup>6</sup>, Maria Luíza Sousa de Albuquerque<sup>7</sup>, Maria de Nazaré Eufrásio Alves<sup>8</sup>, Renata Kelly Lacerda Du Bu<sup>9</sup>, Vanessa Martins Farias<sup>10</sup>, Alyne Alvarez Silva<sup>11</sup>  
*alyne.alvarez@professor.ufcg.edu.br*

---

<sup>1,2,3,4,5,6,7,8,9,10</sup> Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

<sup>11</sup> Coordenadora, Professora Adjunta do curso de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG., Campus Campina Grande, PB. Brasil.

**Resumo:** As ações deste projeto se deram nas Casas de Acolhimento de Campina Grande - PB a partir de intervenções psicossociais com intuito de assegurar o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes institucionalizados, visando a construção de autonomia e o fortalecimento do protagonismo juvenil. Para isso, utilizamos a implementação de dispositivos grupais, o Acompanhamento Terapêutico e reuniões de equipe. As intervenções feitas permitiram visualizar as demandas e entraves desse serviço.

**Palavras-chaves:** *Crianças, Adolescentes, Acolhimento.*

## 1. Introdução

Este projeto de extensão surgiu a partir de uma demanda oriunda da Vara de Infância e Juventude de Campina Grande - PB, a respeito de uma formação para os profissionais das Casas de Acolhimento da cidade sobre a Elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA) de crianças e adolescentes acolhidos. Após reuniões nas 4 Casas de Acolhimento de Campina Grande, os objetivos e as linhas de trabalho foram modificados, dando origem ao trabalho que apresentamos a seguir.

O Serviço de Acolhimento é responsável por abrigar e acolher, em caráter temporário e excepcional, indivíduos que estejam com seus direitos fundamentais ameaçados ou violados. É uma medida temporária porque deve buscar, por diversos caminhos e assim que possível, o retorno do indivíduo à sua família e é excepcional, pois somente deve ser aplicada quando esgotadas as possibilidades de permanência no ambiente familiar. Este faz parte do dispositivo de acolhimento institucional previsto no Art. 101 do ECA, assegurado por intervenções do Estado por meio, principalmente, da Política de Assistência Social (PNAS). Nesse sentido, visando a brevidade da institucionalização e o preparo contínuo para a saída de crianças e adolescentes acolhidos, seja pela reintegração familiar ou colocação em família substituta, para cada um/a deverá ser elaborado um Plano Individual de Atendimento (PIA).

O PIA é um instrumento que deve ser elaborado e atualizado constantemente pela equipe das casas de acolhimento que irá direcionar todas as ações a serem realizadas, cuidados e trabalho a ser desenvolvido com a criança e adolescente, que estão em situação de acolhimento e também suas famílias. Apesar de ser de responsabilidade principal dos profissionais, é preciso destacar a importância da participação ativa das crianças e adolescentes nesse processo, seus familiares e até de pessoas da comunidade onde viviam, caso tenham vínculo forte e sejam referências afetivas importantes para seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2018). Tendo em vista que o PIA irá influenciar de maneira direta em suas vidas e de seus familiares, ele deve ser produzido de forma singular, levando em consideração os desejos daquele indivíduos e sua subjetividade.

Tendo isso em vista, o objetivo principal durante a atuação de extensão foi promover intervenções psicossociais que efetivassem o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes institucionalizados nas Casas de Acolhimento de

Campina Grande, visando seu desenvolvimento pleno, a construção de autonomia e o fortalecimento do protagonismo. Como objetivos específicos, tivemos: oferecer ações que fortalecessem os vínculos existentes entre crianças e adolescentes acolhidos, entre eles e suas referências afetivas anteriores à institucionalização, entre eles e a equipe de profissionais e educadores das Casas, bem como ações que promovessem a construção de novos vínculos no território onde estão vivendo e circulando; fortalecer ações que promovessem o protagonismo, a emancipação e autonomia das crianças e adolescentes em situação de acolhimento; disparar reflexões junto à equipe acerca da própria atuação, como também de outros atores implicados na construção do PIA e do cotidiano das Casas; possibilitar elaboração de planejamento para orientação do desligamento.

Em Campina Grande, há quatro casas de acolhimento institucional. A Casa da Esperança 1 foi a primeira unidade de acolhimento a ser fundada em Campina Grande - PB, em 2000. Nesta unidade, são acolhidos crianças e adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 07 a 18 anos de idade. No momento da execução do projeto, a casa possuía um total de 22 crianças e adolescentes institucionalizados, dos quais eram, aproximadamente, 6 crianças e 16 adolescentes. A equipe técnica da unidade era formada por: o coordenador, uma psicóloga, uma assistente social, uma enfermeira, duas pedagogas e uma assistente administrativa.

A Casa da Esperança 2 é responsável por acolher crianças e adolescentes do sexo feminino na faixa etária entre 7 e 18 anos de idade. Estavam acolhidas, no período da extensão, um total de 10 meninas, das quais 3 são crianças e 7 adolescentes, além disso, sete das meninas acolhidas estavam destituídas do poder familiar. Há 11 educadoras sociais e compõem a equipe técnica: a coordenadora, a psicóloga, a pedagoga, a assistente social, a técnica de enfermagem e a assistente administrativa.

A Casa da Esperança 3 caracteriza-se por ser composta por bebês e crianças, tanto meninos quanto meninas, com faixa etária de recém-nascido, até a idade de 7 anos. No presente momento estão acolhidas cerca de 10 crianças. A casa possui 46 funcionários, que se organizam através de turnos, para atender as necessidades dos acolhidos, os funcionários são em sua grande maioria mulheres.

A Casa da Esperança 4 é também uma casa mista, que atendia, inicialmente, crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino de uma faixa etária variável por um período de no máximo 45 dias. Hoje, a Casa da Esperança 4 ficou responsável por acolher grupos de irmãos para evitar a separação destes e, portanto, não mais delimita faixa etária ou gênero, atendendo, assim, o que preconiza o ECA e os documentos normativos sobre acolhimento institucional da PNAS. A equipe técnica é formada por: coordenadora; psicóloga; pedagoga; assistente social; enfermeira; e assistente administrativa.

As quatro Unidades são mantidas pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da Secretaria

Municipal de Assistência Social, sob a responsabilidade da Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que fiscaliza, acompanha e direciona o desenvolvimento da oferta de serviço qualificado na referida modalidade.

## **2. Metodologia**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento das ações extensionistas e para as análises permanentes das práticas empreendidas junto a crianças e adolescentes, nas casas de acolhimento, foi com base nos princípios que orientam a pesquisa-intervenção e algumas ferramentas conceituais da Análise Institucional francesa.

A intervenção psicossocial na perspectiva da pesquisa-intervenção exige que tomemos a realidade e os sujeitos que a compõem como em constituição mútua e permanente, já que é a condição de constante devir que coloca a produção de conhecimento e do campo social tal qual um acompanhamento de processos e fluxos que se dão nas micropolíticas das relações sociais (PASSOS et al. 2009). Pressupõe, portanto, um mergulho do pesquisador-interventor num plano de experiências em que conhecer e fazer, pesquisar e intervir são parte de um mesmo processo. Assim, "intervir não é observar de fora um objeto dado, mas construí-lo de dentro, ao mesmo tempo construindo a si mesmo no momento da intervenção" (ROSSI; PASSOS, 2014).

Propor intervenções psicossociais, nessa perspectiva, implica alinhar-se a um paradigma ético-estético-político, a partir do qual a postura ética adotada enseja um rigor na escuta das diferenças que se fazem em nós e pedem passagem na produção contínua de verdades sempre em devir. A posição estética, por sua vez, permite, a partir da escuta ética das diferenças, a desestabilização dos ordens vigentes, pois tal posicionamento exige do pensamento a abertura ao intempestivo, a criação de dispositivos que forjam novas sensibilidades e seus efeitos de recriação sobre si próprio (SILVA, 2015). A responsabilização pelos efeitos coproduzidos no campo de intervenção, em termos dos processos de subjetivação disparados, correspondem à posição política de tal paradigma.

Nesse sentido, nas casas 1 e 2, planejamos implementar dispositivos grupais junto a adolescentes acolhidos, tendo em vista o fortalecimento do protagonismo juvenil e a criação de vínculos entre eles. Além disso, buscamos também realizar Acompanhamento Terapêutico com alguns/algumas adolescentes, próximos da maioridade, que estivessem participando dos grupos, com o intuito de trabalhar a construção de sua autonomia na relação com a cidade.

O dispositivo grupal não teve formato nem temas prévios ao encontro com os adolescentes. Estes dependeram do que de fato se mostrava importante para aqueles que participariam das atividades. Portanto, as estratégias de intervenção e o material utilizado apenas foram construídos a partir do encontro com o grupo que foi constituído. Como prevíamos, nos encontros foi possível entender o que era importante trabalhar e por quais caminhos deveríamos andar junto às/aos

adolescentes para disparar reflexões que lhes servissem para constituir ou fortalecer um modo atuante e ativo na construção dos seus próprios rumos, tanto dentro como fora da instituição.

O dispositivo Acompanhamento Terapêutico (AT), por outro lado, além de servir como estratégia de cuidado deveria servir como continuidade do trabalho feito dentro da instituição, entretanto, com foco voltado para a construção dos laços fora da casa de acolhimento e, principalmente, no resgate de cidadania e desenvolvimento de uma circulação autônoma nos espaços urbanos. O convívio social é basilar na constituição da subjetividade, quando isto é negado em qualquer instância a um jovem em situação de acolhimento, os reflexos podem ser danosos ao longo da vida, afetando desde tarefas cotidianas até seu modo de estar no mundo. O AT é uma prática clínica-política que extrapola o setting da clínica convencional, pois propõe o cuidado das questões que emergem no cotidiano da pessoa no encontro com a cidade (MUYLAERT, 2006). Propõe, assim, a construção ou reinvenção de sentidos em ato, proporcionando a afirmação das singularidades em sua diversidade em contato com o mundo e o que ele suscita. Tal dispositivo pretende promover a autogestão do sujeito, possibilitando aos jovens que estão próximos do desligamento da instituição a possibilidade de assumir o protagonismo de suas vidas.

Já nas casas 3 e 4, visamos acompanhar duas crianças, ainda não destituídas do poder familiar, e suas famílias pelos serviços que as estiverem atendendo na rede, assim como disparar quinzenalmente estudos de caso no próprio serviço. Com o acompanhamento das famílias propusemos buscar construir a corresponsabilização da própria família e dos demais serviços para o cuidado integral das crianças e adolescentes acolhidos, fazendo valer a premissa de apenas colocá-las em famílias substitutas se esgotadas as possibilidades de reintegração familiar, garantindo assim a preservação dos seus vínculos familiares e comunitários anteriores à institucionalização. Os estudos de caso com as equipes destes últimas casas garantiriam a formação ativa e permanente da equipe na medida em que o acompanhamento das famílias pela rede certamente trará questões para serem discutidas e analisadas coletivamente, o que desloca verdades, tensiona o saber-fazer cotidiano e pode suas redirecionar práticas no sentido da efetivação dos direitos infanto-juvenis.

Em todas as casas, pretendíamos ainda realizar análise coletiva das práticas e efeitos dos dispositivos junto às equipes psicossociais como forma de promover questionamentos e tensionamentos que atuassem com força de desterritorialização das práticas enrijecidas, o que, ao mesmo tempo, pretendíamos que funcionasse como formação permanente da própria equipe.

As ações de extensão tiveram duração de três meses, de outubro a dezembro de 2022, e ocorreu efetivamente em três das quatro Casas de Acolhimento institucional de Campina Grande-PB.

## **3. Resultados e Discussões**

Os resultados desta extensão dizem respeito às ações desenvolvidas durante os meses que atuamos nas casas de acolhimento a partir dos encontros semanais com o público-alvo e os efeitos práticos e subjetivos desses momentos. A seguir, estão descritas de maneira detalhada as ações realizadas nas 4 Casas de Acolhimento de Acolhimento de Campina Grande - PB.

#### **CASA I:**

Na Casa da Esperança 1, conseguimos atuar em 3 eixos de trabalho: atividades com os meninos acolhidos, com a equipe técnica e também com os educadores sociais. Os encontros semanais com as crianças e adolescentes tiveram início no mês de outubro; a linha de trabalho com os educadores sociais teve início no final do mesmo mês, ficando estabelecido que os encontros também seriam semanais. Por fim, o contato focado na equipe técnica começou já na segunda quinzena de novembro, mais especificamente, com uma pedagoga e a assistente social, além de restituições semanais com a psicóloga. Assim como na Casa da Esperança 2, a extensão na Casa 1 teve objetivo de promover dispositivos grupais junto aos adolescentes na tentativa de construir protagonismo juvenil e possibilitar um maior vínculo entre eles, além disso, para os jovens próximos ao desligamento, o objetivo foi oferecer Acompanhamento Terapêutico para possibilitar construção de autonomia diante das atividades cotidianas e dos espaços da cidade.

Ao todo foram realizados 8 encontros com os meninos acolhidos, a maior parte das atividades teve bastante adesão. Um ponto importante e logo percebido pela nossa equipe foi a formação de pequenos grupos de interesses dentro das atividades propostas – estas foram construídas a partir de uma dinâmica da “caixa de ideias”, na qual os próprios meninos desenharam, escreveram e falaram sobre suas demandas e interesses – este fato, apontou o desejo por uma individualidade, tendo em vista que dentro de uma instituição total, por vezes, o sujeito é apagado, assim, existe ali a necessidade de resgatar esses desejos singulares. Os primeiros encontros foram realizados dentro da própria instituição, na maioria das vezes com supervisão de um ou mais educadores sociais que estivessem no plantão. Tendo em vista os objetivos de fortalecimento de vínculo entre eles e promoção de autonomia, entendemos que o objetivo foi parcialmente alcançado, pois trabalhamos esses pontos nas primeiras oficinas, buscando entender qual o tipo de relação eles estabeleciam com os outros.

Buscando promover autonomia, atuamos em questões cotidianas como lidar com dinheiro, gastos mensais de uma casa, além de atividades consideradas simples, como cortar frutas e decorar ambientes para festa de aniversário dentro instituição, tudo isso, tendo como norte não apenas os objetivos delimitados, mas principalmente as demandas trazidas pelos meninos acolhidos.

Uma dificuldade encontrada para realização dos encontros foi a excessiva medicalização. Levando em consideração que o único momento com a maior parte dos meninos presentes na Casa sem outras atividades era nas quintas-feiras de 8h às 10:30, definimos esse o

momento de encontro semanal, entretanto devido a dosagem de medicamentos que alguns tomam, estes acabavam por apresentar muita sonolência, falta de atenção e até mesmo uma certa letargia ao acordar, o que mostrou-se como um obstáculo para acessá-los devido a falta de interação.

As atividades específicas fora da instituição tiveram lugar muito importante e os efeitos eram vistos com maior intensidade até mesmo durante os momentos, a maior participação dos meninos, por exemplo, era algo explícito. Foram 3 encontros fora da instituição, o primeiro no Parque da Criança, o segundo no Campus central da Universidade Federal de Campina Grande - PB e por fim, no campus do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Nesses outros espaços, os meninos conseguiam falar mais abertamente sobre suas vivências, questões mais íntimas e as vezes delicadas de suas vidas e também desconfortos em relação ao cotidiano da Casa 1.

Em relação ao trabalho realizado junto a equipe técnica, entendemos que foi uma atuação breve, mas importante. Primeiro com as pedagogos, tivemos 3 encontros, nestes momentos, apresentamos a normativa das Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA) e discutimos as diretrizes de funcionamento das Casas de Acolhimento, documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, primordial para quem atua nos Serviços de Acolhimento Institucional, lançado em 2017.

O primeiro contato com a Assistente Social foi por demanda da própria Psicóloga do serviço, entendendo a necessidade de trabalhar as Orientações Técnicas do PIA. Dessa maneira conseguimos adentrar juntas nas diretrizes do documento, utilizando casos reais dos meninos acolhidos para utilizar de modelo e entender como o PIA (2017) deve ser construído.

Os educadores sociais trabalham por plantões de 12 horas e/ou 36 horas (aos finais de semana), por isso o trabalho realizado com estes profissionais ocorreu apenas com duas equipes que revezavam os plantões das terças-feiras à tarde (dia e horário estabelecido para os encontros), foram possíveis apenas 4 encontros grupais, 2 com cada equipe. Nos primeiros encontros levantamos as demandas das equipes e nos encontros seguintes além de proporcionar o espaço de escuta, trabalhamos a função dos educadores sociais a partir do documento das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Além disso, entendemos que nosso trabalho com as crianças e adolescentes de maneira respeitosa e não autoritária, como por diversas vezes a instituição “exige” também gerou reflexões nesses profissionais.

#### **CASA II:**

Ao longo dos meses de outubro a dezembro, desenvolvemos diversas atividades nos dispositivos grupais e construímos uma relação de vínculo e confiança entre extensionistas e as meninas acolhidas. A partir de um acordo com a equipe técnica e com as crianças e adolescentes institucionalizadas estabelecemos que os dispositivos grupais ocorreriam semanalmente, evidenciando que a construção dos

dispositivos grupais seria feita a partir daquilo que as meninas desejassem, então, propusemos a construção de uma caixinha de sugestões do que poderíamos fazer nos nossos encontros nas tardes de sexta-feira. Após o primeiro grupo com as crianças e adolescentes acolhidos, fizemos a leitura e análise das sugestões de atividades para os dispositivos grupais feitas pelas meninas. As sugestões, majoritariamente, eram direcionadas a atividades de lazer e de atividades que fossem externas, como, por exemplo: dançar, passear, ir ao parque da criança, fazer desfile de moda, sessão cinema, fazer bolo, brincar etc. Frente às principais atividades sugeridas, nós, enquanto extensionistas, nos perguntamos se o dispositivo grupal ficaria na dimensão de ser apenas um momento recreativo, mas, entendemos também a importância dessas atividades com caráter recreativo para as meninas da Casa de Acolhimento 2. Compreendendo a dureza da realidade dessas crianças e adolescentes, entendemos que talvez ao se guiar por essas atividades sugeridas pelas próprias crianças e adolescentes, poderíamos cumprir o nosso propósito da extensão, além, claro, de assegurar a essas meninas o direito ao lazer e ao convívio comunitário. Desse modo, talvez foi pelo fato de termos ouvido as meninas e considerando as sugestões de atividades propostas por elas que foi possível a adesão delas ao dispositivo grupal.

Tendo isso em vista, algumas ações foram desenvolvidas no espaço físico da instituição de acolhimento a partir de objetivos delineados no projeto e das demandas que surgiam a cada encontro. Assim, realizamos diversas brincadeiras, principalmente com as crianças da casa, pois elas têm maior interesse no brincar dinâmico, envolvendo movimento corporal, o despertar da curiosidade, da atenção e também aspectos cognitivos, marcadas pelo dançar, pintar, jogar bola. Além disso, outra atividade realizada, com intuito de trabalhar a construção de autonomia, foi o ato de levá-las para a cozinha para experienciar todo o processo do preparo de um alimento, desde a higienização do ambiente, a importância de manusear os objetos de forma segura, as etapas de preparo da comida, e em todos esses momentos as crianças e adolescentes estiveram muito implicadas, além de claro, degustarmos juntas o alimento preparado. Houve também momentos em que utilizamos recursos visuais e sonoros, pois percebemos que as meninas gostam de ouvir música e assistir filmes, então foram atividades recorrentes nos encontros semanais.

Um objetivo de extrema importância que delineia a proposta do projeto, além de ser um direito básico assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), é garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Tendo em vista esse fato, algumas das ações realizadas pelas extensionistas foram com o intuito de promover a circulação das meninas pela cidade e de garantir que ocorresse, por elas, a apropriação do território em que estão inseridas. Ao longo das semanas do semestre conseguimos ir a alguns lugares da cidade, tais como: o campus central da UFCG, visando possibilitar conhecer

e adentrar uma universidade pública e tudo que ela representa; a Biblioteca Municipal de Campina Grande, onde as meninas mergulharam nos livros e no espaço, além de caminharmos pelas ruas do centro; também, a visita ao Centro de Ciências Biológicas da universidade, onde as meninas conheceram o Serviço Escola de Psicologia - SEP e o Parque do Bodocongó, espaço em que as meninas jogaram bola, usaram os brinquedos do espaço e conheceram o açude de Bodocongó. Além disso, em alguns momentos, circulamos pelo bairro em que está localizada a instituição de acolhimento, frequentando, assim, praças e campos de futebol do bairro. À vista disso, enfatizamos que todas essas atividades que possibilitaram que as meninas saíssem da instituição e circulassem por outros espaços públicos proporcionaram uma outra relação delas com a cidade, além de também, promover na equipe técnica e nas educadoras sociais uma reflexão sobre a importância de conectar as crianças e adolescentes institucionalizadas com a cidade e o convívio comunitário.

Pensando em fortalecer os vínculos afetivos entre as crianças e as adolescentes acolhidas, durante a visita ao SEP, realizamos uma oficina visando conversar sobre os laços afetivos entre as meninas. Nessa oficina, foi proposto que as meninas escrevessem cartas umas para as outras, relatando o que sentiam em termos de amizade e afinidade dentro do serviço, além de conversarmos sobre o tema e a relevância dessas relações na casa de acolhimento. Essa proposta tendo em vista a importância da estimulação da dimensão coletiva das relações e do convívio comunitário, pois em um cenário de institucionalização é importante construir e estimular os vínculos. Dessa forma, é importante salientar que em todas as atividades propostas nos dispositivos grupais evidenciamos e priorizamos a busca pelo fortalecimento de vínculos entre as meninas institucionalizadas, o desenvolvimento de autonomia, a participação coletiva e a apropriação do território.

Em relação à proposta do Acompanhamento Terapêutico (AT), na Casa da Esperança 2, iniciamos o AT apenas no final de novembro. Preferimos, em um primeiro momento, estabelecer vínculos com as meninas e a partir de escutas pontuais delas nos dispositivos grupais, ver com quais meninas poderíamos realizar o AT. Na primeira reunião com a equipe técnica, foi articulado as possibilidades de meninas para a realização do AT, mediante a disponibilidade de duas extensionistas para atuação do AT, assim, sendo designadas duas meninas para o acompanhamento.

Na semana seguinte, dia 11 de novembro, realizamos um encontro com as duas meninas escolhidas, para apresentarmos a proposta do AT e o assentimento delas para realização. Sendo aceito a proposta, foi conciliado a acompanhante de cada menina e discutido as possibilidades dos dias, horários e as atividades desejadas por elas. Esse momento constitui como basilar para a iniciação do AT, pois, é estabelecido os acordos, comunicando os desejos e limites das duas partes para a realização das atividades. Desse modo, tecemos um caminho singular, a partir das escutas, em busca da potencialização da vida de quem

acompanhamos. Antes de iniciar o AT com as adolescentes, tivemos reuniões com a coordenadora do projeto para estabelecer dias/horários extras de estudo e discussão teórica acerca desta prática e, depois que iniciamos, passamos a ter supervisão semanal dos acompanhamentos realizados.

Houve alguns impasses, como a dificuldade de comunicação da equipe com as ATs, ocasionando ausência ou atraso das meninas para a atividade do AT, apesar disso, foi possível a produção da construção de vínculos, de estímulo ao desenvolvimento de autonomia e a realização de atividades significativas, como ir à escola a pé, circular pelo bairro, se deslocar ao centro da cidade e conhecer novos espaços.

Por fim, em relação reuniões com a equipe técnica da casa 2, ocorreram mensalmente, seguindo a proposta de realizar análise coletiva das práticas e efeitos dos dispositivos, ademais, foi um momento de comunicar as implicações, de sanar dúvidas, de fazer o levantamento para realização do AT e demandar a aproximação com os PIA. A fim de disparar reflexões em relação aos mecanismos de funcionamento da casa, a partir dos efeitos observados pelas atividades operadas nas atividades dos dispositivos grupais, foi alinhado a proposta da continuidade das realizações de atividades com as meninas dentro e fora da casa, pela própria equipe técnica, a fim de não enfraquecer o que foi desenvolvido ao longo da extensão e promover a conexão com o território. Assim, as reuniões possibilitaram uma conversa das práticas enrijecidas quanto ao cuidado com as crianças e adolescentes acolhidos na casa, que culmina por violar seus direitos à convivência comunitária e não assegurando o desenvolvimento pleno. Provocando o olhar para as potencialidades nos movimentos de cuidado que são realizados promovendo o enlaçamento social, o protagonismo e a autonomia infanto-juvenil.

### **CASA III:**

Considerando as especificidades do público da Casa 3 (crianças de 0 a 6 anos), o projeto de extensão foi direcionado para o mapeamento da rede, juntamente com os profissionais da casa de acolhimento, a fim de articular e viabilizar possibilidades para que as crianças que ainda não estavam destituídas do poder familiar regressassem ao seus núcleos familiares, a depender do caso, indagando de que maneira seria possível acompanhá-los para que estes tivessem condições de receber as crianças novamente.

Estes objetivos de ação levaram em conta os relatos de membros da equipe feitos durante o processo de elaboração conjunta do projeto, sendo alegado por estes dificuldades no acesso a informações básicas das crianças, principalmente nos momentos iniciais de acolhimento, visto que, em alguns casos, as informações que determinados serviços da rede psicossocial tinham acesso não eram compartilhadas, dificultando ainda mais a elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento), o que, conseqüentemente, prejudicava o andamento do processo de acolhimento das crianças.

Além disso, a extensão teve como proposta a busca por subsídios para a manutenção do vínculo familiar e comunitário dos acolhidos, que, muitas vezes, como

percebido, não era fomentado pelas Casas, tendo em vista que se trata de um direito estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme o Art. 19: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990), além de estar previsto na Constituição Federativa do Brasil, Art. 227.

Esbarrando em alguns entraves, não foi possível à equipe do projeto efetivar o que foi estabelecido como trabalho a ser desenvolvido inicialmente. As extensionistas enfrentaram dificuldades em frequentar a referida casa de acolhimento, o que atribuímos a incompreensão do projeto e muitos ruídos na comunicação.<sup>2</sup> Adentrando o CREAS III, a equipe de extensão foi recebida por algumas profissionais da Assistência social e da Psicologia. Em diálogo, estas reforçaram a dificuldade de diálogo e acesso a informações e documentos imprescindíveis, como o PIA, e disponibilizaram os documentos referentes às crianças da Casa III acolhidas, para que ficássemos mais próximos da realidade das famílias e os motivos que levaram às crianças ao acolhimento. Diante disso, foi visualizado, conjuntamente, um espaço possível para atuação da extensão, que poderia se dar a partir de visitas domiciliares e atualização de dados dos processos em andamento.

Contudo, esbarramos novamente em empecilhos que contribuíram para que a visita não acontecesse. Algumas tentativas de contato e realização da visita ocorreram, porém imprevistos por parte do serviço impossibilitaram a nossa presença nas visitas domiciliares.

Dessa maneira, compreende-se que para que as ações do projeto de extensão fossem realmente exequíveis, conforme intenção inicial, seria necessário um trabalho coletivo e de diálogo, sobretudo, com os profissionais da Casa III. No entanto, com todos os entraves enfrentados, tornou-se inviável alcançar os objetivos almejados primordialmente, o que, todavia, não desestimula a continuidade do trabalho, esperando que esta parceria seja afinada e consolidada futuramente.

### **CASA IV:**

Levando em consideração as especificidades da casa IV, os objetivos propostos para o trabalho de extensão na referida casa foram, inicialmente, acompanhar o fluxo de duas crianças, que não haviam sido destituídas do poder familiar, e suas respectivas famílias pela rede de assistência social, com o propósito de salvaguardar a prevalência da família de origem e fazer cumprir o princípio da integralidade do cuidado dos acolhidos. Com a efetivação do acompanhamento dessas famílias

<sup>2</sup> Em reunião da coordenação do presente projeto com a coordenação da Casa e seus profissionais, ocorrido apenas em dezembro, por dificuldade de agenda da Casa, ficou claro que o projeto apresentado remotamente, antes mesmo da sua vigência, não foi compreendido e nem mesmo lido, após aprovado pela PROPEX.

na rede, o projeto previu reuniões quinzenais com os profissionais da Casa, tendo em vista a necessidade de estudar cada caso acompanhado e os seus desdobramentos, fazendo disparar reflexões junto à equipe acerca da própria atuação. Além disso, visamos proporcionar a elaboração de dispositivos grupais junto a crianças e adolescentes, possibilitando a análise sobre modos atuantes e ativos de reprodução social.

As ações na Casa IV incluíram visitas domiciliares às famílias de acolhidos em acompanhamento da equipe técnica quando visavam obter informações para produção do Plano Individual de Atendimento (PIA) e para constar nos relatórios exigidos pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ). As visitas eram feitas mediante a disponibilidade do automóvel da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e todas elas eram confirmadas com antecedência junto às extensionistas que estavam disponíveis para o trabalho. Sobre esse primeiro objetivo, no início tivemos alguns impasses decorrente principalmente do fato da equipe técnica ter sido recentemente contratada na Casa e, por isso, não pareciam conhecer muito bem suas funções ali dentro e, de certo modo, pareciam querer nos manter distantes dessa constatação. Com isso, apenas em meados de novembro, conseguimos acessar de forma mais efetiva os documentos e as demandas da Casa.

Após esse período, as reuniões com a equipe e com os acolhidos passaram a ocorrer e foram momentos importantes para o conhecimento, compartilhamento e alinhamentos dos fazeres. As propostas foram bem recepcionadas e foi nesse ínterim que sentimos que tínhamos abertura para acessar as demandas da casa. Fizemos uma reunião inicial e neste momento a equipe nos trouxe muito forte a necessidade de escrever o PIA, nesse primeiro instante nos pareceu algo desconhecido para aquelas pessoas, legitimamente pois eram profissionais recém chegados no serviço. Assim, conseguimos nos dedicar exclusivamente à construção dos PIAs pela urgência dos prazos para as audiências concentradas, depois disso conseguimos acessar outras demandas para trabalhar em direção a alguns dos nossos objetivos.

O trabalho de construção do PIA, de modo prático, estava comprometido ainda pelo motivo da equipe ser nova e alguns dos profissionais não terem tido experiência anteriores com a política. Nesse sentido, o trabalho da extensão teve que se dedicar inicialmente à produção e reformulação dos PIAs das crianças e adolescentes da referida casa. Por um lado, esse trabalho não resultou em um trabalho de formação propriamente, o que era objetivo dos extensionistas, mas, por outro, acreditamos que conseguimos demonstrar como se deve elaborar um PIA, partindo das orientações técnicas referidas que a equipe apenas conheceu por intermédio da extensão.

Uma das temáticas que surgiram para serem trabalhadas foi a automutilação, a extensão foi um dispositivo nesse momento de pensar e estruturar as ações a serem desenvolvidas na casa de acolhimento IV. Conseguimos discutir a temática em dinâmica grupal e por fim, apresentaremos possibilidades para que se possa minimizar ou acabar com os comportamentos

autolesivos.

Ao fim, em virtude da demora para iniciar as ações na Casa, conseguimos realizar uma atividade grupal com crianças e adolescentes e a escuta de 4 crianças em momentos distintos. Mas não conseguimos acessar suas respectivas famílias, o que nos coloca a pensar nas dificuldades de articulação da Casa com os serviços da rede na busca de ampará-las e prepará-las para receberem suas crianças de volta, de modo a se responsabilizarem por elas, podendo contar com o apoio do poder público e da sociedade civil organizada, como prevê o Artigo 227 da Constituição Federal.

Ao longo dos três meses de intervenções realizadas nas quatro unidades de acolhimento de Campina Grande/PB algumas temáticas e reflexões chamam a atenção dos extensionistas, como: automutilação, falta de capacitação das equipes, dificuldade de articulação com a rede de Assistência Social do município, posturas de autoritarismo institucional, falta de participação dos acolhidos na construção dos seus PIAs, entre outras questões. Entretanto, devido ao tipo de trabalho com formato reduzido, elencamos apenas 3 pontos entendidos pelos extensionistas como primordiais e que perpassam as quatro Casas de Acolhimento Institucional.

Em primeiro lugar, uma questão notável em todas as casas relacionadas às equipes de educadores sociais e profissionais da equipe técnica é a falta de capacitação e formação contínua destes para com os princípios, as diretrizes, normativas legais e os documentos que devem guiar a atuação nestes Serviços de Acolhimento. O segundo ponto a ser destacado é uma perceptível dificuldade de articulação e de comunicação das equipes das casas de acolhimento com a rede de Assistência Social do município, o que compromete a realização de um trabalho em conjunto que assegure os direitos da criança e do adolescente e a prevalência da família conforme previsto pelo ECA.

Uma última questão que perpassa todas as casas de acolhimento é a medicalização. Em todas as instituições, mas principalmente nas Casas 1 e 2, a maioria dos acolhidos (as) vive sob o efeito constante de medicações psicotrópicas, alguns com diagnósticos estabelecidos, outros não. De toda forma, o excesso dos medicamentos torna-se um obstáculo na realização de atividades cotidianas, desempenho escolar, motricidade, entre outros campos, além de ter efeitos, por vezes negativos, na reprodução social desses sujeitos. Em decorrência da grande quantidade de medicamentos, durante os encontros nas casas 1 e 2 era comum que as crianças e adolescentes não conseguissem interagir com o restante do grupo, tudo isso, tornava difícil o estabelecimento de vínculo com essas pessoas, assim como pode vir a ser um impasse na construção de laço desses jovens com o mundo exterior.

#### **4. Conclusões**

Este projeto de extensão alinha-se à linha de extensão "Direitos Humanos e Justiça", do Plano Nacional de Extensão, tendo em vista às ações que promovemos no âmbito das casas de acolhimento

institucional, de Campina Grande - PB, seu impacto social está ligado ao desenvolvimento das práticas que atravessam o cotidiano de crianças e adolescentes institucionalizados, sempre em direção de aproximá-las da efetivação dos seus direitos humanos. Levando-se em conta a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável aí previstos, alinha-se especificamente com a necessidade de promover saúde e bem estar, esclarecendo a população em geral acerca da importância da saúde mental e do bem-estar psicológico e físico, neste caso, diretamente, da população em tela e, indiretamente, também dos profissionais que atuam junto a ela.

A importância desse trabalho também se dá pelo fortalecimento da parceria entre a UFCG com a comunidade externa e principalmente com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), cumprindo com o papel social da Universidade Pública realizando parcerias que também beneficiam a comunidade a sua volta, nesta extensão em específico, tentando garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Além disso, durante a extensão entendemos como maior resultado o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenil nas casas de acolhimento, além de beneficiar a própria universidade pela produção de conhecimento e desenvolvimento dos 10 alunos extensionistas envolvidos na extensão. Consideramos também que as casas de acolhimento foram beneficiadas, pois prestamos serviços semanalmente que tiveram efeitos positivos na maioria das casas, não apenas para as crianças e adolescentes acolhidos, mas também para equipe técnicas e educadores sociais.

## 5. Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 de agosto de 2022.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Orientações técnicas para elaboração do plano individual de atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2018.
- BRASIL. Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2ª edição. Brasília, 2009.
- BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família, vol. 2, Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.
- BRASIL. Resolução n.º 113, de 19 de abril de 2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília, SEDH/CONANDA, 2006.
- GASTÃO, W. de S. C. Equipes de referência e apoio especializado matricial: um ensaio sobre a reorganização do trabalho em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2):393-403, 1999.
- MUYLAERT, Marília Aparecida. AT como dispositivo clínico: uma perspectiva da esquizoanálise. *Psyche* (São Paulo), São Paulo, v. 10, n. 18, p. 109-114, set. 2006.
- PASSOS, E.; KASTRUP V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SILVA, A. A. Das vidas que não (se) contam: dispositivos de desinstitucionalização da medida de segurança no Pará. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2015. 345f.
- SILVA, C. D. L. et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, n. 10, p. 55-65, jan./jun. 2015.
- SILVA, A., ALEIXO, A., SILVA, C., DUARTE, J., MORAES, M. Itinerários vividos, histórias narradas: gradientes de autonomia entre beneficiários do Programa 'De Volta para Casa'. *SAÚDE DEBATE* | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 127, P. 1093-1104, OUT-DEZ 2020.

## Agradecimentos

Às Casas de Acolhimento de Campina Grande - PB e seus funcionários pelo suporte e aos parceiros da extensão pelo apoio e colaboração no desenvolvimento das atividades.